

RR 1.776/2003-003-06-40.9 – 6ª Turma – DJU de 14.09.2007

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFEITOS DA SENTENÇA. ÂMBITO TERRITORIAL. DANO MORAL COLETIVO. INTERESSE DIFUSO. RESERVA DE QUOTAS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU REABILITADAS, NO PERCENTUAL DEFINIDO NA NORMA LEGAL. A alegação do reclamado de que cumpriu a norma legal, que exige percentual de contratação de empregados reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, considerando o número de empregados em cada filial ou agência, **não condiz com o disposto na norma legal, que determina a apuração, para incidência do percentual, em relação ao número de empregados da empresa, e não em cada estabelecimento.** Confirmado o dano moral coletivo, é de se verificar os efeitos da decisão, que determinou obrigação de fazer, no caso de reserva de postos de trabalho, com o fim de contratação de trabalhadores portadores de deficiência habilitados e beneficiários da previdência social reabilitados, até atingir o percentual legal adequado ao número total de empregados da empresa, e de não dispensar tais empregados, sem a contratação de empregado substituto em situação análoga, além de penalidade pecuniária, com o fim de assegurar o cumprimento da lei, a ser revertida ao FAT, e indenização por dano moral coletivo, também a ser revertida ao FAT. **Apenas reforma-se a v. decisão, para adequá-la ao que dispõe o art. 16 da LACP, que embora confira efeitos erga omnes à sentença proferida em Ação Civil Pública, limita a abrangência competência territorial do órgão prolator da decisão. Recurso de revista parcialmente conhecido e provido.**

RR 11.355/2006-011-09-40 – 1ª Turma – Publicado no DJe em 12.12.2008

RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE – COISA JULGADA – AÇÃO COLETIVA – EXTENSÃO A TODOS OS MEMBROS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – POSSIBILIDADE. A Constituição Federal, em seu art. 8º, III, elevou os sindicatos ao patamar de legítimos defensores dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos membros da respectiva categoria profissional, em questões administrativas ou judiciais. Tal legitimação, consoante se depreende da amplitude com que foi redigido o dispositivo em comento, afigura-se ampla, ou seja, independe de norma infraconstitucional que a preveja. Outro não é o motivo que levou o TST a cancelar a sua Súmula nº 310, em atenção a diversos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o aludido verbete limitava, contrariamente ao disposto na

Carta Magna, a atuação das entidades em exame. Entretanto, de nenhuma serventia se afigura a ampla legitimidade conferida pela Carta Magna aos sindicatos representativos das categorias profissionais para a defesa em juízo dos interesses dos trabalhadores, se inexistente um conjunto de normas que disciplinem o processo coletivo. Isso porque os direitos tutelados pelos sindicatos transcendem a esfera jurídica do empregado individualmente considerado, motivo pelo qual institutos como a coisa julgada, a litispendência, a legitimidade de partes e outros devem ostentar traços peculiares no dissídio ora examinado, sob pena de ineficácia da norma constante no art. 8º, III, da Constituição da República. **A Consolidação das Leis do Trabalho, como se sabe, não rege o processo coletivo, motivo pelo qual, nos termos do art. 8º, parágrafo único, do diploma consolidado, deve-se utilizar o direito comum como fonte subsidiária da lei trabalhista. No ordenamento jurídico brasileiro, três são os diplomas que regem a tutela dos direitos transindividuais, quais sejam, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº 7.347/85 (relativa à ação civil pública) e a Lei nº 4.717/65 (atinentes à ação popular).** Assim, o estudo de qualquer demanda coletiva deve ter como parâmetro as leis em comento. Com efeito, o exame dos incisos I, II e III do art. 103 do CDC nos leva a concluir que a eficácia da decisão proferida nas ações ora analisadas dependerá da espécie de direito tutelado. Trata-se, pois, da **coisa julgada *secundum eventum litis***, em que há a extensão subjetiva dos seus efeitos, atingindo-se indivíduos que não fizeram parte da relação processual, mas nela encontram-se representados, por meio de associações legitimadas para tanto. **Nessas ações, a procedência do pedido, independentemente da espécie de direito tutelado (difuso, coletivo ou individual homogêneo), ensejará a concessão de efeitos *erga omnes* ou *ultra partes* ao pronunciamento judicial, que não se limitará às partes do processo. A adaptação do instituto em questão às demandas transindividuais atende ao postulado do efetivo acesso à justiça, constante no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, pois afigurar-se-ia sem sentido que uma decisão proferida em ação ajuizada pelo adequado representante do direito postulado não atingisse a todos que se encontrassem na situação objeto de exame pelo Poder Judiciário. Além da coisa julgada *secundum eventum litis*, o Código de Defesa do Consumidor, no § 3º do seu art. 103, institui outro mecanismo destinado a adaptar o instituto em comento às demandas coletivas. Trata-se do transporte *in utilibus*, que outra coisa não é senão a possibilidade de a vítima do evento danoso valer-se da decisão proferida em ação civil pública para reaver os prejuízos oriundos da conduta lesiva aos direitos tutelados pela Lei nº 7.347/85. Para tanto, basta que siga o procedimento previsto nos arts. 96 a 99 da referida codificação. Nesse caso, além da extensão subjetiva do provimento emanado em ação civil pública, amplia-se o objeto do processo, que passa a incluir o pleito atinente à reparação dos danos individualmente suportados por cada vítima do evento lesivo. Consoante se depreende de todo o exposto, o Código de Defesa do Consumidor, norma que disciplina o instituto da coisa julgada nas ações coletivas a fim de possibilitar a efetiva tutela dos interesses que não ostentam caráter meramente individual, instituiu mecanismos que ampliam subjetiva e objetivamente os efeitos da garantia prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Tecidas essas considerações, a outra conclusão não se pode chegar, senão a de que as sentenças proferidas em reclamações trabalhistas ajuizadas pelo sindicato representativo da categoria profissional em**

defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos sujeitam-se, ante a ausência de normatização sobre o assunto na CLT, à legislação que disciplina o processo coletivo, em especial o Código de Defesa do Consumidor, no tocante aos efeitos da coisa julgada. Entendimento diverso ensejaria o retorno ao disposto na Súmula nº 310, V, do TST, no sentido de restringir a eficácia da sentença proferida no dissídio em comento apenas aos empregados associados à referida pessoa jurídica de direito privado, em patente ofensa à interpretação conferida pelo STF à matéria ora analisada. **Na espécie, acórdão regional que mantém a limitação do alcance de decisão proferida em reclamação coletiva ajuizada pelo sindicato representativo da categoria profissional aos empregados arrolados na respectiva peça de ingresso incide em má-aplicação do art. 8º, III, da Carta Magna, por restringir o campo de atuação outorgado pelo poder constituinte originário às mencionadas entidades.** Recurso de revista conhecido e provido.

RECURSO DE REVISTA ADESIVO DO RECLAMADO – PRESCRIÇÃO – ART. 7º, XXIX, da CARTA MAGNA – MATÉRIA DE CUNHO EMINENTEMENTE INTERPRETATIVO. A matéria analisada pela Corte Regional, qual seja, a extensão dos efeitos de ação coletiva ajuizada pelo sindicato representativo da categoria profissional aos empregados não filiados à mencionada entidade, é regida pelos arts. 91 a 100 do Código de Defesa do Consumidor. Dessa forma, a prescrição incidente sobre a pretensão em comento, por ostentar cunho eminente interpretativo, já que necessária análise do mencionado diploma legal sob a óptica dos princípios inerentes às relações de trabalho, não se encontra objetivamente disciplinada pelo art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, motivo pelo qual reputo incólume o dispositivo invocado. Recurso de revista não conhecido.

RR 98.641/2006-011-09-40 – 1ª Turma – Publicado no DJe em 06.02.2009

RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE - COISA JULGADA - AÇÃO COLETIVA - EXTENSÃO A TODOS OS MEMBROS DA CATEGORIA PROFISSIONAL - POSSIBILIDADE.

A Constituição Federal, em seu art. 8º, III, elevou os sindicatos ao patamar de legítimos defensores dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos membros da respectiva categoria profissional, em questões administrativas ou judiciais. Tal legitimação, consoante se depreende da amplitude com que foi redigido o dispositivo em comento, afigura-se ampla, ou seja, independe de norma infraconstitucional que a preveja. Outro não é o motivo que levou o TST a cancelar a sua Súmula nº 310, em atenção a diversos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o aludido verbete limitava, contrariamente ao disposto na Carta Magna, a atuação das entidades em exame. Entretanto, de nenhuma serventia se afigura a ampla legitimidade conferida pela Carta Magna aos sindicatos representativos das categorias profissionais para a defesa em juízo dos interesses dos trabalhadores, se inexistente um conjunto de normas que disciplinem o processo coletivo. Isso porque os direitos tutelados pelos sindicatos transcendem a esfera jurídica do empregado individualmente considerado, motivo pelo qual institutos como a coisa julgada, a litispendência, a legitimidade de partes e outros devem ostentar traços peculiares no dissídio ora examinado, sob pena de ineficácia da norma constante no art. 8º, III, da

Constituição da República. A Consolidação das Leis do Trabalho, como se sabe, não rege o processo coletivo, motivo pelo qual, nos termos do art. 8º, parágrafo único, do diploma consolidado, deve-se utilizar o direito comum como fonte subsidiária da lei trabalhista. No ordenamento jurídico brasileiro, três são os diplomas que regem a tutela dos direitos transindividuais, quais sejam, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº 7.347/85 (relativa à ação civil pública) e a Lei nº 4.717/65 (atinente à ação popular). Assim, o estudo de qualquer demanda coletiva deve ter como parâmetro as leis em comento. Com efeito, o exame dos incisos I, II e III do art. 103 do CDC nos leva a concluir que a eficácia da decisão proferida nas ações ora analisadas dependerá da espécie de direito tutelado. Trata-se, pois, da coisa julgada *secundum eventum litis*, em que há a extensão subjetiva dos seus efeitos, atingindo-se indivíduos que não fizeram parte da relação processual, mas nela encontram-se representados, por meio de associações legitimadas para tanto. Nessas ações, a procedência do pedido, independentemente da espécie de direito tutelado (difuso, coletivo ou individual homogêneo), ensejará a concessão de efeitos *erga omnes* ou *ultra partes* ao pronunciamento judicial, que não se limitará às partes do processo. A adaptação do instituto em questão às demandas transindividuais atende ao postulado do efetivo acesso à justiça, constante no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, pois afigurar-se-ia sem sentido que uma decisão proferida em ação ajuizada pelo adequado representante do direito postulado não atingisse a todos que se encontrassem na situação objeto de exame pelo Poder Judiciário. **Além da coisa julgada *secundum eventum litis*, o Código de Defesa do Consumidor, no § 3º do seu art. 103, institui outro mecanismo destinado a adaptar o instituto em comento às demandas coletivas. Trata-se do transporte *in utilibus*, que outra coisa não é senão a possibilidade de a vítima do evento danoso valer-se da decisão proferida em ação civil pública para reaver os prejuízos oriundos da conduta lesiva aos direitos tutelados pela Lei nº 7.347/85. Para tanto, basta que siga o procedimento previsto nos arts. 96 a 99 da referida codificação. Nesse caso, além da extensão subjetiva do provimento emanado em ação civil pública, amplia-se o objeto do processo, que passa a incluir o pleito atinente à reparação dos danos individualmente suportados por cada vítima do evento lesivo. Consoante se depreende de todo o exposto, o Código de Defesa do Consumidor, norma que disciplina o instituto da coisa julgada nas ações coletivas a fim de possibilitar a efetiva tutela dos interesses que não ostentam caráter meramente individual, instituiu mecanismos que ampliam subjetiva e objetivamente os efeitos da garantia prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.** Tecidas essas considerações, a outra conclusão não se pode chegar, senão a de que as sentenças proferidas em reclamações trabalhistas ajuizadas pelo sindicato representativo da categoria profissional em defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos sujeitam-se, ante a ausência de normatização sobre o assunto na CLT, à legislação que disciplina o processo coletivo, em especial o Código de Defesa do Consumidor, no tocante aos efeitos da coisa julgada. Entendimento diverso ensinaria o retorno ao disposto na Súmula nº 310, V, do TST, no sentido de restringir a eficácia da sentença proferida no dissídio em comento apenas aos empregados associados à referida pessoa jurídica de direito privado, em patente ofensa à interpretação conferida pelo STF à matéria ora analisada. **Na espécie, acórdão regional que mantém a limitação do alcance de decisão proferida em reclamação coletiva ajuizada pelo sindicato representativo da categoria profissional aos**

empregados arrolados na respectiva peça de ingresso incide em má-aplicação do art. 8º, III, da Carta Magna, por restringir o campo de atuação outorgado pelo poder constituinte originário às mencionadas entidades. Recurso de revista conhecido e provido.

RECURSO DE REVISTA ADESIVO DO RECLAMADO - PRESCRIÇÃO - ART. 7º, XXIX, da CARTA MAGNA - MATÉRIA DE CUNHO EMINENTEMENTE INTERPRETATIVO.

A matéria analisada pela Corte Regional, qual seja, a extensão dos efeitos de ação coletiva ajuizada pelo sindicato representativo da categoria profissional aos empregados não filiados à mencionada entidade, é regida pelos arts. 91 a 100 do Código de Defesa do Consumidor. Dessa forma, a prescrição incidente sobre a pretensão em comento, por ostentar cunho eminente interpretativo, já que necessária análise do mencionado diploma legal sob a óptica dos princípios inerentes às relações de trabalho, não se encontra objetivamente disciplinada pelo art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, motivo pelo qual reputo incólume o dispositivo invocado. Recurso de revista não conhecido.

RR 471/2002-096-03-00 – 4ª Turma – Publicado no DJE em 13.03.2009

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFEITOS DA DECISÃO. AMPLIAÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS IMPOSTOS PELA DECISÃO PRIMÁRIA. VIOLAÇÕES LEGAIS NÃO VERIFICADAS. NÃO-CONHECIMENTO. O Regional decidiu pela ampliação dos efeitos da decisão, quanto aos limites territoriais impostos pela decisão primária, mediante o fundamento de que quando estão em discussão direitos coletivos, de caráter indivisível, portanto, **os efeitos da coisa julgada hão de ser *erga omnes* e *ultra partes*, limitadamente ao grupo, categoria ou classe, mas pouco importando que os danos ocorridos sejam locais, regionais ou nacionais. Isso por disposição expressa do art. 103, I e II, da Lei 8078/90 Código de Defesa do Consumidor** cujas regras constantes do Título III são aplicáveis à espécie, por força do que prescreve o art. 21 da Lei de Ação Civil Pública (a fls. 1943). **Afasta-se, portanto, a alegação de violação do artigo 16 da Lei n.º 7347/85, com a alteração promovida pela Lei n.º 9494/97, segundo ao qual se preceitua que a sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, afigurando-se razoável a interpretação conferida aos termos do artigo, tendo em vista que os efeitos da decisão proferida em favor de determinado grupo deve atingi-lo como um todo, dada a indivisibilidade do direito.** Recurso não conhecido.

AIRR 866/2003-019-01-40.5, Rel. Min. Alberto Bresciani

LIMITAÇÃO DA JURISDIÇÃO. A OJ 130/SDBI-2/TST aplica-se ao estabelecimento de competência territorial para propositura de ação civil pública, não estabelecendo critérios para definição do alcance dos efeitos da decisão prolatada nesse âmbito.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - COISA JULGADA – AÇÃO COLETIVA - EXTENSÃO A TODOS OS MEMBROS DA CATEGORIA PROFISSIONAL - EMPREGADO QUE NÃO LABORA NA BASE TERRITORIAL DO SINDICATO QUE AJUIZOU A RECLAMAÇÃO TRABALHISTA DE CUJOS EFEITOS O OBREIRO PRETENDE SE APROVEITAR - IMPOSSIBILIDADE. A Constituição Federal, em seu art. 8º, III, elevou os sindicatos ao patamar de legítimos defensores dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos membros da respectiva categoria profissional, em questões administrativas ou judiciais. Tal legitimação, consoante se depreende da amplitude com que foi redigido o dispositivo em comento, afigura-se ampla, ou seja, independe de norma infraconstitucional que a preveja. **Na espécie, acórdão regional que não estende ao obreiro o alcance de decisão proferida em reclamação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba, por laborar o obreiro fora da base territorial abrangida pela referida entidade sindical encontra-se em consonância com o disposto nos arts. 8º, II, da Carta Magna e 81, II, e 103, II, do Código de Defesa do Consumidor. Isso porque a ampla representatividade conferida às mencionadas pessoas de direito privado (art. 8º, III, da Carta Magna) deve ser interpretada em consonância com todos os dispositivos constitucionais que disciplinam a atuação sindical no território brasileiro e com as normas que regem os processos destinados a possibilitar a solução de conflitos meta-individuais. Agravo de instrumento desprovido.**

CC 214.802/2009-000-00-00 – SBDI-2 – PUBLICAÇÃO: DEJT 09/10/2009

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS. REPERCUSSÃO DA DECISÃO EM ÂMBITO NACIONAL. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA OJ Nº 130 DA SBDI-2.

I - **Os efeitos da decisão** a ser proferida na ação, em que se discute a base de cálculo do desconto do **vale-transporte** recebido pelos empregados do Banco do Brasil se incidiria somente sobre o salário básico ou também sobre outras parcelas, efetivamente **não se restringirão aos empregados, representados pelo sindicato autor, com atuação no âmbito da sua base territorial, indo, ao contrário, repercutir nas relações com todos os empregados da entidade bancária, em razão de ela encontrar-se disseminada por todo o País.**

II - Tratando-se de interesses transindividuais de âmbito nacional, tornam-se aplicáveis por analogia as disposições referentes à fixação da competência territorial para o julgamento da ação civil pública, incidindo, portanto, a **OJ nº 130 da SBDI-2.**

III - Com efeito, preconiza o precedente que Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser

reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.

IV - Conflito negativo de competência de que se conhece declarando competente o MM. Juízo da 11ª Vara do Trabalho de Brasília, para onde devem ser encaminhados estes autos a fim de que a ação seja processada e julgada como de direito.

28/10/2009

TST rejeita ampliação da abrangência de sentença em ação civil pública

A **Quinta Turma** do Tribunal Superior do Trabalho negou pedido do Ministério Público do Trabalho da 3ª Região (MG), a fim de que os efeitos da sentença produzida contra a Calsete Siderurgia Ltda., para empregados do setor de carvoaria do município mineiro de Caratinga, fossem estendidos aos locais em que a empresa tivesse outras unidades. Por unanimidade, a Turma seguiu voto relatado pela ministra Kátia Magalhães Arruda no sentido de que há limitação dos efeitos da sentença à jurisdição da Vara do Trabalho de origem.

O Ministério Público do Trabalho reclamou da limitação estabelecida pelo Tribunal do Trabalho da 3ª Região (MG) com o argumento de que a decisão deveria gerar efeitos sobre a empresa e as unidades que possui, independentemente do local em que se encontrem. Para o TRT, o fato de o direito defendido ser difuso não interferiria nos limites da competência territorial do juízo, que decidiria a respeito dos fatos ocorridos em cada localidade.

Na mesma linha, a relatora, ministra Kátia Arruda, explicou que o legislador optou expressamente pela competência territorial como limite à eficácia erga omnes proferida em ação civil pública (artigo 16 da Lei 7.347/85 com alterações da Lei nº 9.494/97). Segundo a ministra, **se o Ministério Público quisesse imprimir efeito erga omnes à sentença para além da competência territorial da Vara de origem, deveria ter entrado com ação numa das Varas da Capital do Estado ou do País** (conforme **Orientação Jurisprudencial nº 130 da SDI-2/TST** sobre fixação da competência territorial). Por essas razões, a ministra negou provimento ao recurso de revista do Ministério Público do Trabalho.

Já a empresa, no recurso de revista, questionou a legitimidade do MPT para propor ação civil pública. Sustentou ainda que firmara Termo de Ajustamento de Conduta com o MPT prevendo a possibilidade de terceirização de mão de obra no processo de produção de carvão.

Entretanto, assim como o Regional, a ministra Kátia Arruda concluiu que a legitimidade de atuação do Ministério Público está prevista na Constituição (artigo 129, III), em lei complementar (LC nº

75/93) e em farta jurisprudência do TST. Desse modo, a ministra recomendou a rejeição da revista (não conhecimento) e foi acompanhada pelos demais integrantes da Turma. (RR-559/2002-051-03-00.6)

RR 3.643/2007-004-09-40 – 1ª Turma – PUBLICAÇÃO: DEJT 27/11/2009

RECURSO DE REVISTA - COISA JULGADA - AÇÃO COLETIVA - EXTENSÃO A TODOS OS MEMBROS DA CATEGORIA PROFISSIONAL - POSSIBILIDADE. A Constituição Federal, em seu art. 8º, III, elevou os sindicatos ao patamar de legítimos defensores dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos membros da respectiva categoria profissional, em questões administrativas ou judiciais. Tal legitimação, consoante se depreende da extensão com que foi redigido o dispositivo em comento, afigura-se ampla, ou seja, independe de norma infraconstitucional que a preveja. Outro não é o motivo que levou o TST a cancelar a sua Súmula nº 310, em atenção a diversos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o aludido verbete limitava, contrariamente ao disposto na Carta Magna, a atuação das entidades em exame. Entretanto, de nenhuma serventia afigura-se a ampla legitimidade conferida pela Carta Magna aos sindicatos representativos das categorias profissionais para a defesa em juízo dos interesses dos trabalhadores se inexistente um conjunto de normas que discipline o processo coletivo. Isso porque os direitos tutelados pelos sindicatos transcendem a esfera jurídica do empregado individualmente considerado, motivo pelo qual institutos como a coisa julgada, a litispendência, a legitimidade de partes e outros devem ostentar traços peculiares no dissídio ora examinado, sob pena de ineficácia da norma constante no art. 8º, III, da Constituição da República. A Consolidação das Leis do Trabalho, como se sabe, não rege o processo coletivo, motivo pelo qual, nos termos do art. 8º, parágrafo único, do diploma consolidado, deve-se utilizar o direito comum como fonte subsidiária da lei trabalhista. No ordenamento jurídico brasileiro, três são os diplomas que regem a tutela dos direitos transindividuais, quais sejam, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº 7.347/85 (relativa à ação civil pública) e a Lei nº 4.717/65 (atinentes à ação popular). Assim, o estudo de qualquer demanda coletiva deve ter como parâmetro as leis em comento. Com efeito, o exame dos incisos I, II e III do art. 103 do CDC nos leva a concluir que a eficácia da decisão proferida nas ações ora analisadas dependerá da espécie de direito tutelado. Trata-se, pois, da coisa julgada *secundum eventum litis*, em que há a extensão subjetiva dos seus efeitos, atingindo-se indivíduos que não fizeram parte da relação processual, mas nela encontram-se representados, por meio de associações legitimadas para tanto. Nessas ações, a procedência do pedido, independentemente da espécie de direito tutelado (difuso, coletivo ou individual homogêneo), ensejará a concessão de efeitos *erga omnes* ou *ultra partes* ao pronunciamento judicial, que não se limitará às partes do processo. A adaptação do instituto em questão às demandas transindividuais atende ao postulado do efetivo acesso à justiça, constante no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, pois afigurar-se-ia sem sentido que uma decisão proferida em ação

ajuizada pelo adequado representante do direito postulado não atingisse a todos que se encontrassem na situação objeto de exame pelo Poder Judiciário. Além da coisa julgada *secundum eventum litis*, o Código de Defesa do Consumidor, no § 3º do seu art. 103, institui outro mecanismo destinado a adaptar o instituto em comento às demandas coletivas. Trata-se do transporte *in utilibus*, que outra coisa não é senão a possibilidade de a vítima do evento danoso valer-se da decisão proferida em ação civil pública para reaver os prejuízos oriundos da conduta lesiva aos direitos tutelados pela Lei nº 7.347/85. Para tanto, basta que siga o procedimento previsto nos arts. 96 a 99 da referida codificação. Nesse caso, além da extensão subjetiva do provimento emanado em ação civil pública, amplia-se o objeto do processo, que passa a incluir o pleito atinente à reparação dos danos individualmente suportados por cada vítima do evento lesivo. Consoante se depreende de todo o exposto, o Código de Defesa do Consumidor, norma que disciplina o instituto da coisa julgada nas ações coletivas a fim de possibilitar a efetiva tutela dos interesses que não ostentam caráter meramente individual, instituiu mecanismos que ampliam subjetiva e objetivamente os efeitos da garantia prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Tecidas essas considerações, a outra conclusão não se pode chegar, senão a de que as sentenças proferidas em reclamações trabalhistas ajuizadas pelo sindicato representativo da categoria profissional em defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos sujeitam-se, ante a ausência de normatização sobre o assunto na CLT, à legislação que disciplina o processo coletivo, em especial o Código de Defesa do Consumidor, no tocante aos efeitos da coisa julgada. Entendimento diverso ensejaria o retorno ao disposto na Súmula nº 310, V, do TST, no sentido de restringir a eficácia da sentença proferida no dissídio em comento apenas aos empregados associados à referida pessoa jurídica de direito privado, em patente ofensa à interpretação conferida pelo STF à matéria ora analisada. Na espécie, acórdão regional que mantém a limitação do alcance de decisão proferida em reclamação coletiva ajuizada pelo sindicato representativo da categoria profissional aos empregados arrolados na respectiva peça de ingresso incide em má-aplicação do art. 8º, III, da Carta Magna, por restringir o campo de atuação outorgado pelo poder constituinte originário às mencionadas entidades. Recurso de revista conhecido e provido.

AIRR 19740-27.2004.5.03.0023 – 8ª Turma – Publicação: DEJT 12/11/2010

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PEDIDOS DE PROIBIÇÃO DE FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA POR COOPERATIVA DE TRABALHO E DE CONTRATAÇÃO PELO BANCO DO BRASIL DE MÃO-DE-OBRA OFERECIDA POR COOPERATIVA DE TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA ANTERIOR COM O MESMO OBJETO, ENVOLVENDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E O BANCO DO BRASIL S.A., COM SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE E INDIVISIBILIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. COISA JULGADA. EFICÁCIA “ERGA OMNES”. Nega-se provimento ao Agravo de Instrumento que não logra desconstituir os fundamentos do

despacho que denegou seguimento ao recurso de revista. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

Processo Nº RR-86700-30.2003.5.04.0521 - Publicação: DEJT 07.10.2011

Relator Min. José Roberto Freire Pimenta

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 4ª Região

Recorrido: HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo

Recorrido: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Erechim

EMENTA: LIMITES SUBJETIVOS DOS EFEITOS DA COISA JULGADA DA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. BASE TERRITORIAL DO SINDICATO REQUERIDO.

Trata-se de ação civil pública ajuizada contra o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Erechim/RS e HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo de Gravataí/RS, na qual se pretendeu a condenação dos réus na obrigação de não fazer, consistente em abster-se de praticarem quaisquer atos tendentes ou relacionados à conciliação extrajudicial de conflitos trabalhistas em comissões de conciliação prévia que envolvem discussões atinentes a contratos de trabalho prestados fora da base territorial da respectiva comissão. Conforme se infere dos autos, a pretensão foi acolhida, havendo o Regional consignado que na sentença foi determinado que o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Erechim e o HSBC Bank Brasil S.A. se abstenham de praticar atos relacionados com conciliação extrajudicial, relativos a contratos de trabalho prestados fora da base territorial da respectiva comissão. Assim, a pretensão recursal do Ministério Público de que sejam os efeitos da sentença estendidos a todo o território nacional esbarra na regra fundamental relativa aos limites subjetivos desta lide. Com, efeito, estabelece o artigo 472 do CPC que a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. No caso em tela, o pedido inicial foi dirigido, exclusivamente, ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Erechim/RS e ao HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo de Gravataí/RS. E o Regional consignou claramente que no título executivo judicial oriundo da referida decisão constou expressamente a determinação de que os réus se abstenham de praticar atos relacionados com conciliação extrajudicial, relativos a contratos de trabalho prestados fora da base territorial da respectiva comissão. Nesse contexto, a extensão dos efeitos daquela sentença inibitória a todo o território nacional pretendida pelo Ministério Público do Trabalho em seus sucessivos recursos ou já foi por ela plenamente atendida, se se entender - corretamente - que ela se aplica à conduta conjunta, atual e futura do Banco e do sindicato profissional demandados, nada mais havendo, portanto, a ser deferido, ou não pode ser provida, se se entender - erroneamente - aquela decisão proibitória aplicável aos contratos de trabalho celebrados por empregados do mesmo Banco reclamado mas levados a conciliações extrajudiciais em comissões de conciliação prévia distintas daquela instituída pelo sindicato profissional reclamado -, o que implicaria em direta afronta ao disposto nos artigos 460, 468 e 472

do CPC, subsidiariamente aplicáveis ao processo do trabalho (CLT, artigo 769). Em face dos próprios termos do pedido inicial formulado e da conseqüente desnecessidade ou impossibilidade de se proferir decisão inibitória distinta daquela que já foi dada em primeiro grau, não se pode, neste caso, estender os seus efeitos a todo o território nacional para abranger conciliações judiciais promovidas no âmbito de outras comissões de conciliação prévia distintas daquela instituída pelo sindicato profissional dos bancários de Erechim - RS, que foi a única entidade sindical neste feito demandada. Inteiramente descabida, nesse contexto, a alegação recursal de violação do artigo 16 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), que não se aplica, absolutamente, à questão em tela. Recurso de revista **não conhecido**.